

# A SOLITUDE DA IDENTIFICAÇÃO SEXUAL: EM BUSCA DA DIGNIDADE HUMANA

## SOLITUDE IN SEX IDENTIFICATION: IN SEARCH OF HUMAN DIGNITY

*Maria Anastácia Ribeiro Maia Carbonesi\**  
*Candido Alberto Gomes\*\**

### RESUMO

Esta pesquisa parte dos relatos de vida de estudantes de graduação de uma instituição de Brasília (DF), com o objetivo de entender como se constituem as percepções de jovens e adultos homossexuais sobre a sua inserção neste ambiente acadêmico. A fundamentação teórica envolveu as limitações do binarismo de gênero, a interação entre genética e ambiente e as relações entre o real e as construções socioculturais. A metodologia qualitativa e exploratória se baseou em entrevistas semiestruturadas em profundidade, numa amostra intencional. Como resultado, verifica-se que na infância se manifestam o isolamento e a estranheza pelas diferenças. Na adolescência, os sofrimentos dos participantes muitas vezes são agudos, em particular pelo triângulo família, religião e escola. O ambiente muda na idade adulta, embora ainda se verifique um pano de fundo de preconceito e estigma entre colegas e até professores.

**Palavras-chave:** Sexualidade humana. Homossexuais. Educação básica. Educação superior. Revoluções morais.

---

\* Doutora e mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em nível *lato sensu* em Filosofia e Meio Ambiente. Licenciada em Ciências Sociais e Pedagogia. Atua como docente nos cursos de graduação e mestrado em Direito no Centro Universitário do Distrito Federal – UDF. Possui áreas de interesse em Direitos Humanos, Educação, Políticas Públicas e Gênero. Atuação acadêmica em português e inglês. Perfil: <https://orcid.org/0000-0002-2815-8614>. Endereço para correspondência: CCSW 4, lote 1, bloco B, apartamento 509 – Sudoeste, Brasília/DF, CEP: 70.680-456. E-mail: [anastacia.maia@hotmail.com](mailto:anastacia.maia@hotmail.com). Telefone: (61) 981890591.

\*\* PhD em Educação pela Universidade da Califórnia, Los Angeles. Licenciado em Sociologia. É autor de mais de 300 publicações acadêmicas em vários países. Professor catedrático e diretor do Centro de Investigação do Instituto de Estudos Superiores de Fafe, Portugal. Possui áreas de interesse em Direitos Humanos, Educação, Políticas Públicas e Gênero. Atuação acadêmica em português, inglês e espanhol. Perfil: [www.orcid.org/0000-0001-8498-3785](http://www.orcid.org/0000-0001-8498-3785). Endereço para correspondência: SQS 303, bloco E, apartamento 601 – Asa Sul, Brasília/DF. E-mail: [candidoacg@gmail.com](mailto:candidoacg@gmail.com). Telefone: (61) 999813940.

---

**ABSTRACT**

---

This research project is based on life reports by undergraduate students of a higher education institution in Brasília (DF), Brazil, aiming to comprehend homosexual young adults' perceptions about their insertion in this academic environment. Theoretical foundation included the limits of gender binarism, interaction between nature and nurture, as well as relations between reality and sociocultural constructions. Qualitative and exploratory methodology used deep semi structured interviews of an intentional sample. The main results reveal that the participants remind their social isolation and strangeness in childhood. Coming of age sometimes led them to acute suffering, particularly facing the triangle composed of family, religion, and school. This hostile environment changes in the adulthood, although they reported a background of prejudice and stigma by some colleagues and even some faculty.

**Keywords:** Human sexuality. Homosexuals. Basic education. Higher education. Moral revolutions.

**INTRODUÇÃO**

Quanto mais conhecemos, mais descortinamos a nossa ignorância diante do mistério. Descobrimos o desconhecido no interior do conhecido e do cognoscente, declara Morin<sup>1</sup> em seu antológico testamento. Uma das questões implicadas envolve os desejos de ver e não ver. Ideologias conferem-nos a cegueira, para enterrar tanto incômodas constatações quanto dúvidas. Isto se aplica às minorias sexuais, no sentido de Donnelly<sup>2</sup>. Em percurso heterodoxo, sobre tema heterodoxo, tentemos entrar na pele de jovens adultos, estudantes de nível superior, que se declararam homossexuais por meio da narrativa da sua infância e adolescência<sup>3,4</sup>.

Na visão de artista, Octavio Paz<sup>5</sup> declara que a adolescência é o período em que o ser humano pela primeira vez adquire a consciência da sua singularidade. Porém, na dialética dos sentimentos, enquanto alcança a extrema consciência de

---

<sup>1</sup> MORIN, Edgar. *Croissance ignorance mystère*. Paris: Arthème Fayard Pluriel, 2018.

<sup>2</sup> DONNELLY, Jack. *Universal human rights in theory and practice*. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 2010.

<sup>3</sup> CARBONESI, Maria Anastácia Ribeiro Maia. Diversidade sexual: integração de estudantes ao ambiente acadêmico. *Tese* (Doutorado em Educação), Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2629/2/MariaAnastaciaRibeiroMaiaCarbonesiTese2019.pdf>. Acesso em: 14/09/2020.

<sup>4</sup> CARBONESI, Maria Anastácia Ribeiro Maia; GOMES, Candido A. Diversidade sexual na educação superior: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. Rio de Janeiro, aprovado para publicação.

<sup>5</sup> PAZ, Octavio. *El labirinto de la soledad*. México/Capital: Fondo de Cultura Económica-Penguin, 1994.

si, a adolescência só se supera com o esquecimento de si. Assim, é não só a idade da solidude, como também a época dos grandes amores, do heroísmo e do sacrifício. No caso das pessoas entrevistadas em uma pesquisa naturalística, a sua singularidade é por elas percebida desde a infância, ainda que de modo nebuloso. Remando na contracorrente da coercitividade social, tendem a sentir-se diferentes, estranhas, doentes, aberrantes, singulares, pois se afastam das normas sociais praticadas pelas outras crianças. Muitas se isolam, outras são expulsas dos grupos pelas diferenças. Menina não pode ir de chuteiras à escola. Menino com “trejeitos”, preferências diversas, supostamente “efeminados”, não pode jogar futebol com os colegas. Não se encaixam no rígido binarismo sexual.

Então, vêm as dúvidas, as dificuldades de autoaceitação, a sensação de erro, de pecado, de ter nascido no corpo errado. O ingresso na adolescência, dos dez anos de idade em diante, conforme o caso, leva à eclosão, com frequência vulcânica, da identidade e preferência sexuais. Meninas afastam-se de meninos por medo da sua dominação, da tradicional coação do gênero feminino. Então, nasce ou cresce a coorte de dúvidas: sofrimento, hesitação, vergonha, medo, pânico, autorrejeição, até nojo de si. Cenas da mídia ou a visão de colegas podem evidenciar a orientação sexual, não raro negada. A arte do disfarce tende a ser colocada em prática: ambos os gêneros tentam relacionamentos heterossexuais, “ficam” e percebem a falsidade contra si e a(o) outra(o), não conseguem realizar-se. Os sentimentos muitas vezes desembocam caudalosamente na aversão a si mesma(o), na depressão, nas ideações suicidas e em tentativas de suicídio.

## DIREITOS HUMANOS DOS DIFERENTES

Como considerar estas pessoas? Donnelly<sup>6</sup> não encontra qualquer base para discriminar as minorias sexuais diante da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O século XX e os genocídios anteriores a ele, desde ao menos a Antiguidade, nos mostram o perigo de uma cúpula social e política determinar quem é “digno” e “indigno” de viver. Daí emergiu, após um século de eclipse, a doutrina dos direitos humanos<sup>7</sup>, representada pela Declaração acima. Ainda assim, persiste a discriminação, conforme esta pesquisa. A União Europeia tem legislação e jurisprudência protetivas destas minorias<sup>8</sup>, apesar de no Conselho da Europa se verificar certa clivagem entre ocidente e oriente. Infere-se que tanto há discriminação quanto instrumentos jurídicos contra ela.

<sup>6</sup> DONNELLY, Jack., *op. cit.*

<sup>7</sup> HUNT, Lynn. *Inventing human rights: a history*. Nova Iorque: W.W. Norton, 2007.

<sup>8</sup> JOHNSON, Paul J.; FALCETTA, Silvia. Sexual orientation discrimination and article 3 of the European Convention on Human Rights: developing the protection of sexual minorities. *European Law Review*. Inglaterra, 2018. p. 167-185.

No Brasil, Estado laico desde a Carta de 1891, primeira da República, o tempo evidencia as tensões entre fatos sociais, inclusive arraigados preconceitos e estigmas, e fatos jurídicos. Em relações contraditórias, o Poder Legislativo Federal não tem baixado leis protetivas. Por isso, o Supremo Tribunal Federal, 31 anos após a promulgação da Lei Maior de 1988, legislou até que o Poder Legislativo o faça. Em 2019, a sua maioria chegou ao entendimento de que a igualdade entre o homem e a mulher, estatuída pela Carta Magna, significa igualdade de gênero. Com isso, foi vedada a discriminação por orientação e identidade de gênero, então equiparada à discriminação racial. Com isso, a conduta passou a ser punida pela Lei do Crime Racial, Lei n. 7.716, de 1989, e tornada crime inafiançável e imprescritível. A aplicação é, contudo, difícil de efetivar.

Proclamar direitos de caráter amplo é menos difícil do que coibir devidamente ofensas do radicalismo político e religioso, o assédio à população LGBTI<sup>9</sup> no trabalho, a vulnerabilidade do mesmo grupo na cidade como espaço público, nas penitenciárias, e outras múltiplas formas de discriminação e violência simbólica, física e sexual. Esta população pode tornar-se alvo de violência quando se manifesta por supostos atos e aparências, enquadrados nos estereótipos vigentes. Os dados são incertos e provavelmente parciais quando se trata de agressões homofóbicas e outras, ferimentos, mortes e também suicídios e suas tentativas, porém é evidente que esta violência existe e é revelada por dados estatísticos parciais. A distância entre o direito proclamado e a aplicação prática continua em busca da coerência. Parece que os fatos sociais chegam às discussões jurídicas, dividem-nas conflitivamente e retornam aos mesmos fatos sociais com decisões punitivas ou não. Os efeitos sociais em ambos os casos são significativos.

Retornando à quase sempre dolorosa história pregressa das(os) participantes da nossa pesquisa, evidencia-se que, dos indivíduos às instituições, é intensa a censura social. No entanto, homossexuais existem, são parte da realidade e não obra da imaginação. O dilema de aceitar ou não a “sua” realidade se desenrola com lutas íntimas e com o seu próprio meio, num processo oscilante de dissimulação/aceitação, ocultamento/manifestação, encontro/ desencontro, esperança/desespero, mas tem como denominador comum o jorrar da lava, vinda do fundo, incontível, real, inegável. Tentar enterrar a lava insepultável representa ainda maior sofrimento. No entanto, quais as origens destas minorias? Antecipamos que ainda nos deparamos com a espessa nebulosidade do desconhecimento e que a ciência não tem respostas definitivas.

---

<sup>9</sup> Sigla aqui adotada e usada pela UNESCO correspondente a lésbica, gay, bissexuais, transexuais e intersexuais (UNESCO, 2017. p. 63).

## QUE ESCLARECE A LITERATURA (E NÃO)?

Numa coletânea sobre as múltiplas revoluções deste século, Le Breton<sup>10</sup> aborda o corpo como mediador entre o ser humano e o mundo. Por isso, o corpo assume cores, linhas, volumes conforme as circunstâncias sócio-históricas, a partir da sua casca menos estável, a moda. O século XX já o modelou de acordo com as ofertas do mercado, assim trabalhado, assinado e disciplinado. Reconfigurado na pluralidade, ele é trabalhado pelas decisões individuais, inclusive no que tange ao sexo e gênero, de modo que, pelo paradigma informacional, anacroniza a igualdade e dignidade humanas. Tecnologias, de maior e menor custo, mais e menos acessíveis, são oferecidas para transformá-lo num e noutro sentido. Nesta lista incluem-se cirurgias plásticas, aquelas que prolongam a juventude, tratamentos para prolongar a vida, cirurgias de transformação de gênero (nenhum caso declarado em nossa pesquisa) e até aquelas para convertê-lo num ser híbrido, parcialmente dotado de capacidades tecnológicas capazes de ampliar o seu poder, o possível ser pós-humano.

Neste contexto, Welzer-Lang<sup>11</sup> analisa a revolução dos gêneros, dissociados do sexo. A heterossexualidade é a última categoria sexual desconstruída e desnaturalizada, incluindo a dessacralização das sexualidades. Entre as categorias tradicionais se abre uma miríade de diversidades, não só com a reivindicação de legitimidade do homossexualismo e do bissexualismo, porém uma ampla e complexa gama de micromodelos, de identidades lábeis, de fronteiras porosas e flexíveis. Não se trata apenas da troca de casais heterossexuais, mas da difusão em grupo de identidades não heteronormativas. Está em curso, afirma o autor, uma revolução antropológica que coloca em causa as relações de filiação e a busca de sexualidades cada vez mais recreativas, pois, de fato, o ser humano é *Homo ludens*<sup>12</sup>. Seriam como identidades fluidas (líquidas, para Bauman<sup>13</sup>) e, sobretudo poliédricas. O poliamor é uma das concretizações recentes, cujas implicações psicológicas, sociológicas e jurídicas precisam de maior atenção. Com movimentos centrípetos a puxar a corda, não se sabe até onde resistirá a coesão de sociedades e culturas, ou se redundarão na vigência de novos paradigmas.

A realidade europeia e as mudanças de grupos autoconsiderados vanguardistas contrasta com a singeleza, embora profunda, dos conflitos descritos acima, de crianças e adolescentes, que se tornaram os jovens adultos da nossa investigação.

---

<sup>10</sup> LE BRETON, David. Le corps, des années 1970 à aujourd'hui. In: ZARKA, Yves C.; GODIN, Christian; TAUSSIG, Sylvie (org.). *Les révolutions du XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: PUF, 2018. p. 207-218.

<sup>11</sup> WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, p. 460-480, 2<sup>o</sup> sem. 2018.

<sup>12</sup> HUIZINGA, Johan. *Homo ludicus: um estudo sobre o elemento lúdico da cultura*. Lisboa: Edições 70, 2015.

<sup>13</sup> BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Impõe-se a coercitividade do fato social, bem definida por Durkheim<sup>14</sup>, aliado a um apego a padrões culturais que, em outros meios, seriam considerados arcaicos. A inquietude com a coesão social e cultural até pode figurar-se ociosa. Os intensos sofrimentos dos nossos personagens, hostilizados pelas instituições tradicionais, isto é, família, igreja e escola, lançados a um labirinto de dúvidas, culpas, medos de agressões de todo tipo, parece integrar uma paisagem distante. E isto depois do desencantamento da religião em relação à política (o advento do Estado laico), promovido pela modernidade, evidenciando que as revoluções das ideias muitas vezes não chegam à vida prática.

O(A) leitor(a) se perguntará o que leva meninas(os), personagens da investigação, a se sentirem e agirem diferentes desde mesmo a educação infantil. Uma lenda persistente foi a do “gene *gay*”, hoje cabalmente desmentida, mas aparentemente só em ambientes científicos. O menino nasceria com determinado gene e, pronto, logo se manifestaria a sua homossexualidade. Raramente a realidade é tão simples ou monocausal. Longa e complexa pesquisa chegou à conclusão de que vários genes influenciam os comportamentos sexuais e não são necessariamente preditivos dos mesmos<sup>15</sup>. Há também hormônios atuantes durante a gestação, afora um leque de outros fatores. Antes que surja alguém a tentar ganhar dinheiro com pais ansiosos, propondo-se a subtrair o suposto gene *gay* dos meninos, precisamos considerar que os comportamentos são possibilitados por uma rede de fatores naturais e ambientais (*nature* e *nurture*) interagindo entre si. Também não significa que filhas(os) de homossexuais sigam seus pais ou que famílias monoparentais conduzidas por mulheres tornem os filhos *gays* ou as filhas lésbicas<sup>16</sup>.

É mais provável que nos situemos como na lâmina de uma faca: de um lado, a natureza, e, de outro, o ambiente. Ambos os lados interagem de modo complexo, de tal modo que apenas levantamos a ponta do véu da realidade. De fato, conforme o testamento filosófico e poético de Morin<sup>17</sup>, vivemos num ciclo de conhecimento, ignorância e mistério, ou seja, quanto mais conhecemos, mais verificamos a pobreza do nosso conhecimento ao depararmos-nos com novos mistérios. Por isso, quanto mais se conhece, maior precisa ser a humildade. O grande conhecedor tem consciência das limitações do conhecimento e, por isso, não se ufana nem se pavoneia.

---

<sup>14</sup> DURKHEIM, Émile., *op. cit.*

<sup>15</sup> LAMBERT, Jonathan. No “gay gene”: study looks at genetic basis of sexuality. *Nature*. p. 573, 5<sup>th</sup> September, 2019.

<sup>16</sup> GREEN, Robert-Jay; RUBIO, Ritchie J.; ROTHBLUM, Esther D.; BERGMAN, Kim; KATUZNY, Katie E. Gay fathers by surrogacy: prejudice, parenting and well-being of female and male children. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*. v. 6, n. 3, p. 269-283, 2019.

<sup>17</sup> MORIN, Edgar., *op. cit.*

Neste cipoal de pesquisas, podemos deter-nos em Fausto-Sterling<sup>18</sup>. Dedicando décadas ao estudo, declara que, pelos tipos de hermafroditismo, biologicamente a espécie humana tem cinco sexos. Seu livro mais recente assinala três dualismos: entre sexo e gênero, entre *nature* e *nurture* e entre a realidade e o que é construído socioculturalmente sobre ela. Desse modo, as categorias binárias masculino e feminino nem são mutuamente exclusivas, sequer exaustivas. Mais uma vez, adentramos o reino da complexidade, das novas indagações e das dimensões da nossa ignorância. Portanto, crenças, valores e ideologias, socialmente tecidas segundo interesses grupais, agem como óculos coloridos.

Por estas lentes mediadoras, temos considerado, na História, negros como semoventes; ameríndios como pessoas ignorantes e “naturalmente” preguiçosas; arianos como membros da “raça” superior; europeus do sul como incompetentes; crianças deficientes como encarnações diabólicas; mulheres como nascidas para ser dominadas pelos homens; mulheres como incapazes de escrever delicados poemas, como Rousseau a propósito de Sórora Mariana Alcoforado; moçárabes, cristãos vistos como infiéis; judeus como causa de epidemias e outras desgraças, dignos da morte massiva para “purificar a raça”; mulheres ditas “bruxas” como seres diabólicos; e um extenso cortejo de estigmas e preconceitos diversos, orientadores de políticas – até hoje. As lentes interpostas levam a tanto, de modo nada inocente.

Louro<sup>19</sup> mostra que a diferença estabelecida pelo conjunto de narrativas socioculturais que caracterizam o centro e o excêntrico afirmam lugares de superioridade e inferioridade. Nessa lógica, as identidades dominantes definem previamente os significados sociais que caracterizam normal e anormal, padrão e desvio: “[...] Os discursos produzem uma ‘verdade’ sobre os sujeitos e sobre seus corpos. [...]” (LOURO, 2013, p. 49). A contínua afirmação de centralidade dos discursos sobre os sujeitos e o desempenho dos seus papéis sociais, entre eles a sexualidade, fazem com que os lugares hierarquizados ganhem sentido, produzam especificidades geradoras de diferenciação social, abertamente caracterizadas como marginalidade cultural. Tem-se, portanto, o centro como a representação confiável do saudável e o excêntrico como o distanciado daquilo que a centralidade define como convencional.

As “visões conflitantes sobre a diferença” na construção do sujeito mulher e do sujeito homem entendem que os corpos feminino e masculino e os compor-

---

<sup>18</sup> FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body? Gender, politics and the construction of sexuality*. Nova Iorque: Basic, 2000.

<sup>19</sup> LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. p. 43-53.

tamentos por eles expressos sob diferentes aspectos são afetados pelo conjunto de práticas e representações simbólicas produzidas pela cultura. As situações de dominação social das agências reprodutoras de padrões do corpo fazem com que haja, por meio das práticas sociais e suas estruturas discursivas, uma sujeição de feminilidade e de masculinidade. Nesse caso, a “corporificação social” no desempenho dos papéis de gênero feminino e masculino apresenta o corpo como objeto do processo social<sup>20</sup>.

O corpo como resultado da cultura representa a personificação de uma realidade social, de um conjunto cultural, de um tempo histórico e os contornos e o entorno que os constituem. O corpo, assim, em vez de ser algo definido *a priori* pelo conjunto fixo e universal de características biológicas, é algo construído e, portanto, se faz situado num lugar que se desenha pelo que é provisório, mutável, movente. Não são as características biológicas do corpo que lhes conferem símbolos de identidade e lhes asseguram lugares em determinado tempo e espaço sociocultural, mas, sim, as narrativas operantes e as realidades hierárquicas que delas emergem no âmbito das práticas sociais. O corpo, fabricado de modo desnaturalizado por meio de vestimentas, alimentos, enfeites, movimentos, sentimentos, emoções e gestos, representa uma construção social, cultural e histórica transitória, efêmera e mutável<sup>21</sup>.

As instituições formadoras, a partir do movimento cotidiano de diferenciações e semelhanças apresentadas às crianças, oferecem condições de manutenção da supremacia do discurso central. Por sua vez, ao ecoar como modelo de normalidade do ser menina ou menino nas diferentes instâncias do convívio social, entre elas a escola, transforma o que é diferente do modelo central em identidades de desvio. Nessa perspectiva, a homossexualidade é apresentada desde a infância como a contramão dos padrões de normalidade desenhados pelas normas sociais. Nota-se, portanto, que na arena educacional, desde a educação infantil, é um desafio romper com o destino, com as amarras projetadas pela centralidade do discurso, dos ideais normativos de modelagem de comportamentos de meninas e meninos a partir da matriz da heterossexualidade.

Isso exerce consequências decisivas nos modos de existências sexuais, visto que, construídas socialmente a partir de processos de intervenção promovidos por instituições sociais como a escola e a família, os modos de relacionamentos devem conduzir a um itinerário emocional e reprodutivo de “utilidade social” demandado, produzido pela heteronormatividade. Se tais circuitos socioculturais, como a escola e a família, validam a imposição hegemônica de uma universalização

---

<sup>20</sup> CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Versos, 2015.

<sup>21</sup> GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FE-LIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.), *op. cit.*, p. 30-42.

zação do molde heteronormativo, não é de se estranhar que pesquisas atuais como a de Neves<sup>22</sup>, sobre os preconceitos e tabus vividos por adolescentes e jovens no âmbito da educação básica, mostrem que 84,6% dos alunos que se declaram homossexuais afirmam ter sofrido discriminação por causa de sua orientação sexual.

Segundo Borrillo<sup>23</sup>, criam-se discursos disciplinadores, espaços e representações simbólicas que produzem e difundem imagens idealizadas de normalidade sexual, previamente nomeada de heterossexualidade. No plano social, a supremacia natural da heterossexualidade e a de distorção de normalidade atribuída à homossexualidade se traduzem em formas perturbadoras, geradoras de personalidades homossexuais homofóbicas. A tentativa de encarnação por parte da(o) homossexual do modelo de sexualidade idealizada faz com que recaia sobre ela. O medo da ação de um conjunto de constrangimentos, pressões externas de percepção de cada um sobre o seu próprio corpo, seus desejos, comportamentos e sentimentos, provocam a homofobia interiorizada. Para o autor, “As reações homofóbicas mais violentas provêm, em geral, de pessoas que lutam contra os seus próprios desejos homossexuais”<sup>24</sup>.

A cultura, ao demarcar as normas de obrigatoriedade, de generalidade sexuais no âmbito das atividades humanas, se faz tanto agente integrador quanto agente promotor de condutas de violência física, psicológica e simbólica para com aqueles vistos como impudicos, representados por uma minoria desviante dos padrões estabelecidos por ela. No Brasil, a demarcação cultural heteronormativa dificulta que os homossexuais, como representação de grupos minoritários, saiam da clandestinidade por medo das ações de controle social exercidas pela padronização sociocultural hegemônica. Tal como ocorre com outras “minorias”, sua diferença a insere em um ambiente hostil de vergonha e culpa, em que a própria vítima internaliza um sentimento homofóbico contra ela mesma. Trata-se, em suma, da canalização de esforços que a preserve dos efeitos agressores de proibição social dominante. Ao falar de si mesmo, Solomon relata:

[...] Quando por fim mantive relações sexuais com um homem, aos dezessete anos, achei que estava me separando para sempre do mundo normal. Fui para casa e fervei minhas roupas, tomei um longo banho escaldante [...], como se minha transgressão pudesse ser esterilizada<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> NEVES, Mariana Braga Alves de Souza. *Educação em sexualidade: perspectiva na vida de adolescentes e jovens?* Brasília: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

<sup>23</sup> BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

<sup>24</sup> BORRILLO, Daniel., *op. cit.*, p. 95.

<sup>25</sup> SOLOMON, Andrew. *Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 26.

Não por acaso, o discurso é o meio pelo qual se exerce o poder de oposição entre “normalidade” e “anormalia”, e a separação entre “verdadeiro” e “falso”. Nessa perspectiva, as instâncias da vida social, a “vontade de verdade” e a “palavra proibida”, como sistemas de exclusão, se traduzem em estruturas de dominação institucionalizada, que arbitrariamente caracterizam como patológica e marginal qualquer diversidade que não responda a padronizações pré-fixadas pelo discurso historicamente “significante”, que comumente se traduzem em atos de homofobia, misoginia, etc.<sup>26</sup>. Essa tendência se fortalece na verdade hegemônica e se promove na negação da ação humana como possibilidade de reorientação histórico-social. Portanto, difícil e árdua se apresenta a tarefa de enfrentamento e desconstrução desse discurso, como também na proposta de visibilidade e entendimento de novas “verdades”<sup>27</sup>.

## METODOLOGIA

Uma pesquisa como esta implica no acesso a confissões íntimas dos participantes. Portanto, local à prova de som, e à escolha das(os) participantes, em que as pessoas se sentissem à vontade, em encontros individuais, foram requisitos fundamentais. Igualmente, o sigilo e o claro e livre consentimento foram plenamente assegurados. Do ponto de vista ético, a investigação foi submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos e aprovada pelo Parecer n. 2.299.411, de 27 de setembro de 2017. Para o tema se definiu uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, em razão de suas vantagens de flexibilidade, inclusive de fazer-se fazendo, ou seja, podendo aprofundar-se até em questões inicialmente não previstas. Optou-se pela entrevista semiestruturada em profundidade, com uma amostra de jovens adultos estudantes de uma Instituição de Educação Superior (IES), localizada em Brasília. Em face das variações, o universo foi definido como estudantes de graduação, jovens adultos em diferentes períodos dos respectivos cursos e homossexuais autoconsiderados *gays* e *lésbicas*.

O instrumento de geração, não de mera coleta de dados, foi um roteiro semiestruturado de entrevista, capaz de permitir aos participantes um papel ativo, com plasticidade para acolher aspectos diversos, inclusive não esperados. Este roteiro passou por um pré-teste com especialistas e pessoas que não integrariam a amostra. Todavia, como compor uma amostra se muitos participantes, por medo e outros motivos, tendem a ocultar-se e a manter discreta aparência em sua

---

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

<sup>27</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

vida social? Seguiram-se as orientações de Patton<sup>28</sup> para amostras não probabilísticas, com a seleção de casos ricos em informações.

A amostra não permite generalizações clássicas, como as do tipo o que ocorre na IES pesquisada ocorre em outras IES, quer em Brasília, quer em outros lugares, com margens de erro para mais ou menos. A única generalização possível é aquela em que o(a) leitor(a) veja a possível identidade e/ou distanciamento em face de realidades análogas que ela(e) conhece. Os dados gerados servem como uma espécie de espelho para os leitores no que se chama generalização naturalística<sup>29</sup>. Na amostra de casos ricos, o(a) pesquisador(a) busca saber quem pode ser o primeiro informante-chave (ou participante-semente) ou grupo de informantes que dará indicações sobre outros possíveis participantes. Trata-se da amostragem “bola de neve”, desenvolvida a partir de uma teia articulada de referências para a identificação e seleção de cada participante<sup>30</sup>. Para ampliar a diversidade de pessoas e não se restringir à rede de relacionamentos daquele, cuidou-se de solicitar a cada participante-chave a indicação de outros quatro, dos quais somente um seria entrevistado mediante sorteio simples. Como resultado, tivemos em cada grupo de entrevistadas(os) (lésbicas e gays), cinco participantes-chave e cinco por elas(es) indicadas(os), de modo que ao todo se realizaram 20 entrevistas. Como parte deste contexto de estrutura analítica do conteúdo constitutivo da realidade empírica, delineado pelo discurso dos entrevistados, se faz importante pontuar que a pesquisadora optou pelo uso das letras do alfabeto como forma de identificação dos participantes de pesquisa. Composição esta desenhada da seguinte forma: usou-se da letra “A” à letra “J” para identificação dos participantes do gênero masculino, e da letra “K” à letra “T” para identificação das entrevistadas do gênero feminino.

A composição segundo o gênero declarado seguiu a definição da UNESCO<sup>31</sup>:

[A]tributos sociais e oportunidades associadas com ser homem e mulher e as relações: entre mulheres e homens, meninas e meninos, bem como entre mulheres e entre homens. Esses atributos, as oportunidades e as relações são socialmente construídas e aprendidas por meio de socialização.

<sup>28</sup> PATTON, Michael Q. *How to use qualitative methods in evaluation*. New Bury Park, Califórnia: Sage (1987) 2000.

<sup>29</sup> LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2013.

<sup>30</sup> BERNARD, H. Russell. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Lanham Seabrook/Maryland: Alta Mira Press, 2005.

<sup>31</sup> UNESCO. *Jogo aberto: resposta do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero*. Paris: UNESCO; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2017. p. 62.

As entrevistas foram gravadas mediante permissão expressa, codificadas, integralmente transcritas e revistas. Ninguém além do(a) pesquisador(a) teve acesso à leitura dos dados. Então, os dados foram foco da análise de conteúdo<sup>32</sup>, com a busca de categorias e subcategorias reiteradas, entre outros aspectos. O percentual de recusa foi de apenas um ou 2,5% do total.

## REALIDADES VIVIDAS: EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO SUPERIOR

Como amar-se a si mesma(o) se tem vergonha, auto-ódio, sente-se inquieto(o) do corpo errado? Seria bom ter nascido no corpo certo para não sofrer tanto! Pânico da condenação da família, da sua perda, da expulsão para a rua, a rua da aversiva prostituição. Medo de perder os poucos amigos ao se revelar a realidade. A morte poderia encerrar a tragédia, talvez deixando culpa àquelas(es) que fizeram “piadinhas”, “brincadeiras” (de mau gosto), agressões verbais e até físicas, no sustento dos preconceitos vigentes. Não raro o primeiro contato com o mesmo gênero descerra o temido reconhecimento da homossexualidade. Um participante (F) declarou, depois do primeiro namoro com o mesmo gênero, usando um termo autopejorativo do dualismo: “Gente, eu sou v... mesmo, não tem por onde correr”. Outro (F), aos 14 anos de idade, depois do primeiro beijo, declarou: “É isso que eu quero”, não adianta dissimular. Uma jovem (M), ao “ficar” com uma colega de cerca de 14 anos de idade, se descobriu: “Foi como se aquele escuro que estava em mim tivesse se tornado claro! [...] Eu sou isso e eu tenho de orgulhar de ser isso!” (*sic*). Outras(os), em contraste, se identificaram, mas sob a treva do medo, guardaram para si. Alguns rapazes migraram para cidades maiores, em que as mentalidades fossem mais abertas e o anonimato, um refúgio.

Nos meandros de dramas e tragédias, como atuaram três instituições, a família, a escola básica e a igreja ou religião? O temor da família fez com que um adolescente ingressasse numa academia para “aprender a andar como homem”, ante as críticas dos tios. Quanto maior a religiosidade da família, maiores as crises: choque, pranto, rejeição. Sem possibilidade de generalizar, os pais tenderam a ser mais resistentes e as mães, mais acolhedoras, prováveis reflexos do *paterfamilias* e das prescrições da maternidade. Os progenitores e os irmãos muitas vezes eram os defensores das normas sociais, do binarismo. Como entrevistamos os sobreviventes, depois do choque sobrelevou-se o amor ao(à) filho(a), independente de categorias sociais. Algumas(uns) mediadoras(es), tias, irmãs(ãos), terapeutas ajudaram a superar o caos interior e exterior. Uma possível tendência é que os rapazes *gays* são mais rejeitados que as jovens lésbicas, inclusive na educação superior.

---

<sup>32</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

E a escola da infância e adolescência? Relatou-se, como omissa e cúmplice do sexismo, tanto por meio de colegas quanto professoras(es). Omitindo-se, considerou que a sexualidade é assunto para os pais, que, por sua vez, raramente abordam o tema. Então, para que serve a escola? Primeiro, entre colegas, surgem as “piadinhas”, as “brincadeiras”, os apelidos depreciativos, como “*pit bull* fêmea”, “sapatão”, “menininho” (L). Sabemos que o chiste e a piada são poderosos recursos da coerção social<sup>33</sup> por causarem envergonhamento público, incrustando-se e depois integrando-se ao interior das pessoas, cortando por dentro, indicando que é um indivíduo desrespeitável, inferior, durante a sua formação. A hostilidade se expressa, seja pelo *bullying* pessoal, seja pelo virtual, este para um público e envergonhamento maiores.

Os educadores são alheios. Não ajudam os alunos no desenvolvimento da consciência moral, muito menos da sexualidade. A escola não é protetiva da vítima e da testemunha: alguns entrevistados informaram que educadores consideram “normal” sofrer *bullying* aos 10-12 anos pela suposta identidade sexual, com todas as confusões pessoais e grupais. Pela ausência, a escola apoia o preconceito e a discriminação. A jovem K fez carinho na namorada, como namorados heterossexuais, então a escola fez queixa ao seu pai: ou ela se “confessava” em casa ou a escola denunciaria a “verdade”. Um rapaz (A) declarou que “nunca precisou da escola” porque sempre respondia às agressões verbais à altura. Pelos relatos, acenderam uma chama na escuridão algumas(uns) professoras(es) (filosofia e sociologia) e uma psicopedagoga, que acompanhou uma criança por três anos.

A religião e as instituições eclesiais, umas menos tolerantes que outras, levaram ao afastamento da maioria das(os) entrevistadas(os), grande parte das(os) quais informaram se autonegarem como pessoas e muito sofrerem. A religião foi apontada como a maior fonte de preconceitos e ódio. Fiéis maledicentes julgam e excluem em religiões de acolhimento do outro, de perdão e de amor ao próximo como a si mesmo. Como ampla tendência, o catolicismo foi mais tolerante, enquanto o candomblé e a umbanda foram indicados por algumas(uns) participantes como religiões acolhedoras da homossexualidade, com a doutrina da reencarnação<sup>34,35</sup>. Na interseção família-religiosidade, a mãe de M disse-lhe:

---

<sup>33</sup> SALGADO, Gisele M. A vergonha como sanção social para além das normas jurídicas: um *flash mob* como instrumento de sanção pela vergonha. *Âmbito Jurídico*. p. 1-6, 31 jan. 2015. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-100/a-vergonha-como-sancao-social-para-alem-das-normas-juridicas-um-flash-mob-como-instrumento-de-sancao-pela-vergonha/>. Acesso em: 12/09/2020.

<sup>34</sup> DIAS, João F. Outros como nós: sexualidade, nacionalidade e conflito no candomblé em Portugal. *Lusotopie*. Bedfordshire, Reino Unido, v. 17, n. 1, p. 136-158, 2018.

<sup>35</sup> GUIMARÃES, Fernando A. S. *Corpo e espírito*: representações da homossexualidade no espiritismo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP, 2018.

“é o diabo no teu corpo... isso não é coisa de Deus”. A adolescente redarguiu: “Mãe, Deus vai muito além disso, eu tenho fé [...]”.

Assim, a família, instituição de socialização primária, após inculcar valores sociais, exerce a cobrança coercitiva dos mesmos, com frequência interseccionada com a religião e a escola. O “desvio” causa intensos sofrimentos individuais e grupais. Ressaltamos que a pesquisa se realizou com a nata de “sobreviventes” à trajetória de ordálios, que superaram a corrida de obstáculos internos e externos para chegar à educação superior, na idade adulta, ambiente em que não se encontra o “patrulhamento” das(os) colegas crianças e adolescentes em face dos comportamentos implícita ou explicitamente sexuais. Mais ainda, que aceitaram falar porque no Brasil o homossexualismo, ao contrário de Portugal, foi descriminalizado por D. Pedro I, em 1830, ao assinar o Código Criminal do Império. Seria muito mais difícil encontrar participantes em países que o punem como crime, inclusive com a morte.

Numerosas entrevistadas apresentam falas apontando que, no cotidiano da educação superior, neste caso a realidade por elas vivenciada, o ambiente em questão se faz favorável à existência de um diálogo sensível, respeitoso e acolhedor referente à questão da diversidade sexual. Cabe salientar que, ao se tomar as narrativas, tem-se uma convergência de discursos por parte das entrevistadas, que concordam entre si que a IES pesquisada não se constitui como instituição/ espaço que possibilita engrossar a realidade de exclusão à diversidade sexual. Tem-se um contexto na educação superior, no caso da IES alvo do estudo, que se expressa como contraponto frente aos contornos modelares que constituem de forma representativa o cotidiano da educação básica. A edificação de relações e interações sociais no âmbito da IES enfocada, no que se refere ao grupo de lésbicas entrevistadas, pode ser entendida como abertura de novos ângulos de percepção sobre a realidade de marginalização vivenciada socialmente pelos homossexuais em diferentes campos do convívio humano – ângulos ampliados que respondam à demanda coletiva de solidariedade, igualdade e respeito à diferença.

No decorrer do processo de escutas e observações, percebeu-se nas falas das entrevistadas que a realidade experienciada por elas na IES pesquisada assinala mudanças significativas no processo de construção de um lugar de inclusão e respeito à diversidade sexual no terreno da educação superior. Um novo olhar, uma nova realidade, um novo construto relacional referente à expressão da homossexualidade parece ser vivenciado por elas no ambiente da IES na qual cursam graduação. Das narrativas das entrevistadas emergiu uma realidade de certa forma positiva como instância social que contribui para o alargamento de uma sociedade democrática e plural. Ao perceberem o cotidiano acadêmico da IES enfocada, como lugar que possibilita a livre expressão da diversidade sexual, mostram a existência de um ambiente acadêmico no qual se busca dialogar com a diferença.

Do total de entrevistados do gênero masculino, seis deles dizem ter encontrado, no âmbito da IES, um ambiente de interações respeitadas no que se refere à expressão da diversidade de orientação sexual. Demonstram, por meio das narrativas, terem se sentido acolhidos de modo natural no contexto das relações sociais dentro da IES. Segundo estes entrevistados, trata-se de um ambiente que possibilita estabelecer com colegas e professores um diálogo saudável entre diferentes formas de expressão de sexualidade. Quando da expressão da homossexualidade no contexto acadêmico da IES, os participantes evidenciam perceber-se inseridos num cotidiano acadêmico caracterizado por uma dimensão respeitosa à diversidade, à multiplicidade, à pluralidade.

Das narrativas emergiu ainda a seguinte realidade: quatro dos entrevistados (A, B, G e I) entendem que existe um posicionamento de neutralidade por parte da instituição pesquisada no que se refere à adoção de práticas que possibilitem conscientizar para o respeito à diversidade de orientação sexual no âmbito da IES. Os participantes A e G direcionam o seu discurso argumentativo para o posicionamento de neutralidade assumido pela IES, pois enfatizam que esta não tem proporcionado a divulgação de informações e ações importantes no contexto acadêmico que permitam problematizar a discriminação e o preconceito com a homossexualidade. O participante A percebe no contexto do cotidiano geral da IES uma realidade de discriminação e rejeição social motivada pela orientação sexual: “[...] Há de se perceber que há uma rejeição, não há um acolhimento total, porque, querendo ou não, a sociedade é movida por padrões tradicionais” (A). No caso do entrevistado C, quando indagado sobre a realidade de acolhimento à diversidade de orientação sexual, coloca em destaque algumas situações de preconceito experienciadas por ele no âmbito da sala de aula.

É importante observar que a realidade desenhada, a partir dos conteúdos constitutivos das narrativas dos entrevistados do gênero masculino, evidencia a existência de percepções diferenciadas entre os grupos pesquisados (feminino e masculino) frente ao mesmo contexto de pesquisa. Se, no caso do grupo de lésbicas, todas se consideraram acolhidas no âmbito da IES, nas narrativas dos *gays* este consenso não se faz verdadeiro, visto que dois dos entrevistados relatam que, de algum modo, percebem uma certa resistência no contexto geral da IES quanto ao acolhimento do conjunto de representações que caracterizam a expressão da homossexualidade.

É interessante constatar que o quadro construído pelas narrativas dos participantes mostra a existência de experiências cotidianas diferenciadas entre os grupos de pesquisados dentro de um mesmo contexto institucional. A lógica coletiva tradicional de sexualidade parece demonstrar, neste estudo de caso, que há uma marca de caráter mais coercitivo do social em face da violação dos princípios de masculinidade expressos pelos *gays*, do que os de feminilidade expressos pelas lésbicas no

cotidiano de convívio da IES. Esta constatação reforça a sensação de acolhimento mais percebida pelas participantes do gênero feminino do que masculino.

As referências de análise aportadas buscaram dar visibilidade à realidade da formação acadêmica vivida pelas(os) participantes, tendo como foco analítico central a influência da orientação sexual no processo de inserção de lésbicas e *gays* no contexto de relações e interações que tecem o universo cotidiano, demarcado pelas particularidades que caracterizam a educação superior. Dentro desta abordagem do estudo, buscou-se analisar construções narrativas que conduzissem ao entendimento se estas(es) se sentiam inseridas(os) ou não no contexto acadêmico no âmbito da educação superior; se a sua orientação sexual se fazia elemento dificultador de inserção e se a realidade vivida neste contexto apresentava uniformidades e/ou diferenças com o que havia sido experienciado no cenário da educação básica no que se refere à sexualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa amostra, pelas circunstâncias, excluiu aquelas(es) que ficaram pelo caminho, pois o nosso objetivo central era identificar a integração de estudantes ao ambiente acadêmico. Chegando a este, tinham um ambiente adulto, sem as inseguranças, modesto desenvolvimento moral e o policiamento social de colegas e professores. Todas(os) adultas(os), novas ideias e valores passam a nortear as condutas, embora não sem laivos implícitos de rejeição por algumas(uns) colegas e professores, os primeiros com “piadinhas” ao estilo adolescente, destoantes da adulez.

A passagem dos ambientes infantil e adolescente para o adulto evoca as quatro revoluções morais analisadas pelo filósofo Appiah<sup>36</sup>: o duelo, a deformação dos pés das meninas chinesas, o fim da escravatura atlântica e a punição mortal de mulheres, vítimas de crimes, pelo código de honra familiar. Embora com o risco de um relato superficial, Appiah verifica que existem valores prévios contrários às condutas, como os valores cristãos e humanitários contra a escravatura. Quando os códigos morais afetam negativamente a honra, isto é, a visão das outras pessoas sobre um indivíduo, grupo ou país, de modo que não se possa manter a cabeça erguida diante daqueles cuja opinião importa, as mudanças sociais começam a ocorrer e emerge o processo de envergonhamento, inclusive nacional, no contexto da globalização. Assim, a honra é uma catalisadora da transformação, pela qual, no que tange à diversidade sexual, em certos meios as críticas, e mais ainda as agressões, se tornam arcaicas e vexatórias. Por exemplo, em país liberal uma piada sobre *gays* na televisão ou filme pode ser rejeitada como sem graça e de mau gosto. Assim, pode chegar o momento em que sociedades

---

<sup>36</sup> APPIAH, Kwame A. *The honor code: how moral revolutions happen*. Nova Iorque: W.W. Norton, 2010.

inteiras caiam no ridículo pelas sanções sociais aplicadas à diversidade sexual, o que constituiria mais uma revolução moral.

A realidade em foco é um ponto de partida para se pensar de forma crítica no que se refere à resistência e aos obstáculos que deverão ser enfrentados para a superação de práticas tradicionais hegemônicas de violência e *bullying* homofóbico no contexto da educação. Os circuitos socioculturais institucionalizados de discriminação, de modo entrelaçado, coexistem com práticas sociais que têm como finalidade propagar, por meio de experiências cotidianas escolares de crianças e jovens, os padrões de “normalidade heterossexual”, assim como categorizações sociais que agenciam a exclusão e a proibição da existência de identidades homossexuais da infância à fase adulta. Agentes institucionais são encarregados de generalizar atitudes e comportamentos sociais neutralizadores e discriminatórios quanto à diversidade de orientação sexual, promotores de condutas e de práticas homofóbicas.

Projetar perspectivas futuras para o enfrentamento de ações cotidianas de violência física e simbólica contra a diversidade de orientação sexual, de certa forma, impõe um exercício reflexivo sobre as marcas identitárias impostas pelo coletivo sobre a constituição da identidade individual. Compreender o comportamento sexual, a identidade sexual nos seus variados aspectos no contexto atual, faz-se um grande desafio. Deve-se reconhecer que a perspectiva tradicionalista de sexualidade busca manter inderrogável a aplicação efetiva da identidade coletiva na construção das identidades individuais. Isso, por sua vez, coaduna com a manutenção da centralidade da heteronormatividade, hegemonicamente delimitada, espaço privilegiado para o desenvolvimento de identidades coletivas homofóbicas, traduzidas em sofrimento e humilhações à dignidade da pessoa humana.

Trata-se de propor uma reflexão sobre as tentativas empreitadas em tempos hodiernos pelas instituições sociais, entre elas a educação, de duras realidades de estruturas simbólicas deterministas, que negam de forma imoral, patológica, estigmatizada e estereotipada, nos diferentes níveis educacionais, o direito à diversidade de orientação sexual. Distante de ser uma visão histórico-social renovada sobre a identidade de gênero e sexualidade, implica relações de poder que se sustentam na ideia determinista de transmissão institucionalizada de práticas sexuais padronizadas. Pressupõe-se, assim, a tomada de consciência do papel importante da educação formal e informal na orientação para a socialização de princípios e valores de respeito à diversidade, que proporcione um certo nível de bem-estar social e segurança às pessoas, independentemente da sua identidade sexual.

Em outras palavras, a educação formal e informal como sistema representacional que pensa as atividades humanas e o conjunto de saberes por ela socializado a partir do princípio do respeito aos direitos humanos, precisa converter-

-se em espaço para tornar visível o eu e o outro, suas particularidades, igualdades e diferenças. O descarte da ignorância sobre a sexualidade e a diversidade de orientação sexual devem ser concebidos pela educação formal e informal como melhoria em prol do desenvolvimento dos sujeitos sociais. Pensemos, portanto, que o desafio se faz na construção de uma discursividade sustentada na concepção de dilatação do estado de normalidade a categorias diversificadas e contraditórias entre si. Pois, como alerta Solomon, “[...] a visão tríplice da homossexualidade como crime, doença e pecado permanecem potentes”<sup>37</sup>.

## REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwame A. *The honor code: how moral revolutions happen*. New York: W.W. Norton, 2010.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BERNARD, H. Russell. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Lanham Seabrook/Maryland: Alta Mira Press, 2005.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CARBONESI, Maria Anastácia R. M. *Diversidade sexual: integração de estudantes ao ambiente acadêmico*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2629/2/MariaAnastaciaRibeiroMaiaCarbonesiTese2019.pdf>. Acesso em: 14/09/2020.
- CARBONESI, Maria Anastácia R. M.; GOMES, Candido A. Diversidade sexual na educação superior: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. Rio de Janeiro, aprovado para publicação.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: Versos, 2015.
- DIAS, João F. Outros como nós: sexualidade, nacionalidade e conflito no candomblé em Portugal. *Lusotopie*. Bedfordshire, Reino Unido, v. 17, n. 1, p. 136-158, 2018.
- DONNELLY, Jack. *Universal human rights in theory and practice*. 2. ed. Ithaca: Cornell University Press, 2010.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1995.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body? Gender, politics and the construction of sexuality*. New York: Basic, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2013.

---

<sup>37</sup> SOLOMON, Andrew. *Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 29.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. p. 30-42.
- GREEN, Robert-Jay; RUBIO, Ritchie J.; ROTHBLUM, Esther D.; BERGMAN, Kim; KATUZNY, Katie E. Gay fathers by surrogacy: prejudice, parenting and well-being of female and male children. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*. v. 6, n. 3, p. 269-283, 2019.
- GUIMARÃES, Fernando A. S. *Corpo e espírito: representações da homossexualidade no espiritismo*. Dissertação (Sociologia), Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludicus: um estudo sobre o elemento lúdico da cultura*. Lisboa: Edições 70, 2015.
- HUNT, Lynn. *Inventing human rights: a history*. New York: W.W. Norton, 2007.
- JOHNSON, Paul J.; FALCETTA, Silvia. Sexual orientation discrimination and article 3 of the European Convention on Human Rights: developing the protection of sexual minorities. *European Law Review*. Inglaterra, 2018. p. 167-185.
- LAMBERT, Jonathan. No “gay gene”: study looks at genetic basis of sexuality. *Nature*. p. 573, 5<sup>th</sup> September, 2019.
- LE BRETON, David. Le corps, des années 1970 à aujourd’hui. In: ZARKA, Yves C.; GODIN, Christian; TAUSSIG, Sylvie (org.). *Les révolutions du XXI<sup>e</sup> siècle*. Paris: PUF, 2018. p. 207-218.
- LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. p. 43-53.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 2013.
- MORIN, Edgar. *Croissance ignorance mystère*. Paris: Arthème Fayard Pluriel, 2018.
- NEVES, Mariana Braga Alves de Souza. *Educação em sexualidade: perspectiva na vida de adolescentes e jovens?* Brasília: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
- PATTON, Michael Q. *How to use qualitative methods in evaluation*. New Bury Park, Califórnia: Sage (1987) 2000.
- PAZ, Octavio. *El labirinto de la soledad*. México/Capital: Fondo de Cultura Económica-Penguin, 1994.
- SALGADO, Gisele M. A vergonha como sanção social para além das normas jurídicas: um flash mob como instrumento de sanção pela vergonha. *Âmbito Jurídico*. p. 1-6, 31 jan. 2015. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-100/a-vergonha-como-sancao-social-para-alem-das-normas-juridicas-um-flash-mob-como-instrumento-de-sancao-pela-vergonha/> Acesso em: 12/09/2020.
- SOLOMON, Andrew. *Longe da árvore: pais, filhos e a busca da identidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 26.

UNESCO. *Jogo aberto*: resposta do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero. Paris: UNESCO; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2017.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, p. 460-480, 2º sem. 2018.

*Data de recebimento: 13/10/2020*

*Data de aprovação: 11/01/2021*